

Do determinismo histórico às possibilidades de mudanças institucionais no âmbito do território

From historical determinism to the possibilities of institutional changes within territory

Ana Luísa de Souza Soares
Universidade Federal do Pampa

Leonardo Xavier da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: A economia institucional de Douglass North adota como micro fundamento a concepção de modelos mentais, um modelo sistematizado de interpretação da realidade que, pela experiência, reforça a rigidez institucional às mudanças. A incorporação da teoria de *path dependence* em seu arcabouço teórico induz ao determinismo histórico, negligenciando que os indivíduos mudam suas representações sobre a realidade através da *práxis*. Propõe-se nesse ensaio justificar, a partir da apresentação da construção teórica dos modelos mentais conjugados com a teoria de *path dependence*, a afirmação de determinismo histórico na economia institucional de North, apontando sua inadequação por negligenciar que no território precipitam-se mudanças histórico-culturais que possibilitam a flexibilidade institucional necessária para a definição de novas trajetórias de desenvolvimento por processos de aprendizagem.

Palavras-chave: Modelos mentais; *Path dependence*; Processos de aprendizagem; Território, Desenvolvimento regional.

Abstract: The institutional economics of Douglass North adopts the micro foundation conception of mental models, a systematized model of interpretation of reality that the experience reinforces the institutional rigidity to changes. And the incorporation of the theory of path dependence in its theoretical framework leads to historical determinism, neglecting that individuals change their representations of reality through experience. It is proposed in this paper to justify, from the presentation of the theoretical construct of mental models in conjunction with the theory of path dependence, affirmation of historical determinism in institutional economics of North, pointing out its inadequacy for neglecting the territory that precipitate on historical and cultural changes that enable institutional flexibility to the definition of new development paths for learning processes.

Keywords: Mental models; Path dependence; Learning processes; Territory; Regional development.

JEL: Q1, D02

Introdução

Ao longo do desenvolvimento científico sempre houve um predomínio de conhecimentos paradigmáticos que fixassem a eficiência causal sobre os elementos da natureza. Dessa forma os indivíduos poderiam ter o domínio finalístico sobre suas ações, prevendo com maior eficiência os resultados futuros de seus atos presentes, inclusive justificando a ineficácia desses quando os meios não eram adequados aos fins desejados.

Da perspectiva cartesiana passando pela adoção de conceitos da teoria evolucionista, chega-se ao entendimento de que o tempo importa, principalmente no resgate das instituições como objeto de estudo econômico. Dentre as muitas perspectivas analíticas que vão tomando corpo nas últimas décadas, há a Nova Economia Institucional, cujo um dos maiores expoentes é Douglass North, que contribui de forma especial para uma nova forma de determinismo - o determinismo histórico.

Segundo Conceição (2002, p.128), a Nova Economia Institucional, a qual engloba os trabalhos de North, fundamentalmente busca uma abordagem não convencional aos aspectos microeconômicos. Incorpora na análise a história econômica, os direitos de propriedade, sistemas comparativos, e os custos de transação como o foco central dos trabalhos. Precisamente, “North estabelece um elo de ligação das instituições com a abordagem neoclássica cuja mediação é feita pelo importante custo de transação de COASE (1960) e WILLIANSO (1985)”.

A síntese da abordagem institucional de Douglass North, em comparação à teoria neoclássica, é apresentada pelo próprio autor. Sua teoria adapta-se à teoria neoclássica adotando o princípio de escassez, observando que a teoria econômica está sujeita à restrições de escolha, que parte essencial da análise de instituições é dada pela teoria dos preços, uma vez que a maior força de indução de mudanças institucionais seriam mudanças nos preços relativos. Essa teoria modifica a teoria neoclássica quando abandona o princípio de racionalidade, adiciona as instituições como um constrangimento crítico ao processo decisório e incorpora e analisa os custos de transação. A extensão à teoria neoclássica se faz pela incorporação, em sua abordagem institucional, de ideias e ideologias tornando os mercados ineficientes ou imperfeitos, e como fator crítico, induzindo os países às *performances* econômicas distintas (NORTH, 1992).

Valdivieso (2001) expõe que nos trabalhos mais recentes de North há uma busca para tornar mais clara e precisa as bases de sua abordagem institucionalista, focando a teoria do direito de propriedade, do Estado e da ideologia. O desenvolvimento desses elementos é paralelo à evolução e ao amadurecimento de seu modelo explicativo, que gradativamente o leva a se afastar da teoria neoclássica.

Se nos primeiros trabalhos estabelecia que “mudanças nos preços relativos criam incentivos para construir instituições mais eficientes” (NORTH, 1990¹ *apud* VALDIVIESO, 2001, p.159), onde as instituições promoveriam a eficiência igualando as taxas de retorno privadas e sociais (princípio dado por COASE), com a evolução de sua teoria, passou a focar e a considerar a “complexidade dos fenômenos institucionais” e a inflexibilidade das instituições às mudanças, dado que vários mecanismos reforçam a trajetória do desempenho econômico, onde o passado exerce grande influência sobre o presente e futuro, ou seja, as instituições passam a ter seu comportamento envolto por *path dependence* (dependência do caminho) (VALDIVIESO, 2001).

É exatamente na adoção da teoria de *path dependence* que se julga que a teoria institucional de North ganha um caráter de determinismo histórico. Para comprovar essa afirmação, propõe-se nesse ensaio articular o micro fundamento da Nova Economia Institucional denominado modelos mentais, com a teoria de *path dependence*; apontando para sua inadequação interpretativa num contexto onde se precipitam no território mudanças histórico-culturais que induzem a reorganização das instituições, de modo a se obter os ganhos potenciais de uma redistribuição dos meios materiais de reprodução social.

Sendo assim, na segunda seção apresenta-se o micro fundamento da abordagem institucional de Douglass North, os modelos mentais e o modo como esses geram a rigidez das mudanças institucionais. Na terceira seção se esclarece o porquê do determinismo histórico quando se usa a teoria de *path dependence*. E na quarta seção, sinteticamente, apresenta-se a dinâmica que induz às mudanças nos

¹ NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press. 1990.

modelos mentais e nas instituições quando se tem um contexto de mudanças histórico-culturais no território.

2. Os Modelos Mentais e a Rigidez às Mudanças Institucionais

As decisões políticas e econômicas que estruturam as mudanças históricas ocorrem em um contexto de incertezas (NORTH, 1994). E a interpretação do ambiente em condição de incerteza pelos indivíduos reflete-se em processos de aprendizagem, sendo que:

A capacidade de aprender é a principal razão para se observar a plasticidade do comportamento humano, e a interação de aprendizagem entre indivíduos dá origem às mudanças na sociedade, na política, na economia e nas organizações. (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004, p.75).

A aprendizagem implica na organização de uma estrutura mental capaz de interpretar os sinais emitidos pelo meio físico e as experiências linguístico-socioculturais do ambiente (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004). O processo de aprendizagem se explica em dois níveis: o genético, ao qual se atribui a estrutura inicial capaz de dar sentido aos sinais recebidos do meio; e sua posterior transformação, resultante das experiências individuais no ambiente (DENZAU; NORTH, 1994).

As experiências interativas com o ambiente físico e linguístico-sociocultural geram “espaços de eventos”, que servem para interpretar e classificar os dados fornecidos pelo ambiente, uma memória que evolui através dos resultados analíticos das experiências vivenciadas (DENZAU; NORTH, 1994, p.7). A ela chamam-se modelos mentais, definidos como representações internas do sistema cognitivo individual (DENZAU; NORTH, 1994). Caracterizando-se por ser uma estrutura flexível de conhecimentos, formados por respostas pragmáticas às soluções-problemas, ordena explicações e interpretações ao meio (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004).

Pelo *feedback* (realimentação) dos sistemas mentais com novas experiências pode-se reforçar e confirmar as categorias iniciais criadas pelos indivíduos, ou conduzi-las à modificações – aprender (NORTH, 1994). O aprendizado é visto como um processo complexo e as modificações nos modelos mentais são definidas como processos de “redefinição representacional”, conduzindo ao reordenamento ou reajustamento de uma solução-problema específica (MANTZAVINOS, NORTH, SHARIQ, 2004, p.76).

Como a estrutura dos modelos mentais deriva de experiências individuais, indivíduos que tenham sido expostos a diferentes experiências no passado terão representações de mundo e estoques conceituais para solução-problema distintos. Logo, seus modelos mentais tenderiam a ser divergente, caso esses indivíduos não se comunicassem permanentemente, e não estivessem submetidos a um contexto cultural similar (DENZAU; NORTH, 1994).

A estrutura cultural que reduz a divergência entre modelos mentais possibilita, também, a transferência intergeracional de percepções unificadoras (NORTH, 1994), como os mitos, dogmas, etc. A cultura seria um “encapsular de experiências” de um grupo particular. Em consequência da diversidade de experiências vividas e

aprendidas em diversos espaços, observa-se uma grande variedade de padrões comportamentais e de pensamento (DENZAU; NORTH, 1994, p.8).

O compartilhar de modelos mentais permite a formulação de uma estrutura comum de interpretação da realidade, e dá origem as soluções coletivas aos problemas do ambiente (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004). De esse compartilhar, surgem as ideologias e as instituições que passarão a coordenar os modelos mentais individuais em torno de valores existentes comuns, possibilitando que se estabeleçam relações de confiança entre os indivíduos e reduzindo os custos de transação entre eles (DENZAU; NORTH, 1994).

As ideologias permitem o mapeamento de resultados relevantes que influenciam as decisões possíveis de serem adotadas. As instituições são os constrangimentos ou restrições, formais e informais, concebidos para as interações humanas. Ambas surgem da construção de regras que restringem a flexibilidade de escolhas individuais (DENZAU; NORTH, 1994), fornecem percepções mais estreitas para o ordenamento do ambiente e para possíveis soluções-problemas (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004).

Ao restringir as escolhas a um conjunto menor de ações, as instituições permitem que se tenha maior habilidade para compor a percepção sobre o ambiente e para comunicá-las; constituindo-se numa estrutura de incentivos e de oportunidades para a formação de organizações (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004; DENZAU; NORTH, 1994).

As organizações são constituídas por grupos de indivíduos que tenham interesses em comum (NORTH, 1994) e são definidas, em “termos de funções reconhecidas e aceitas”, pelas quais “os indivíduos mobilizam estratégias e definem ações que permitam desenvolver seus projetos de vidas” (APPENDINI; NUIJTEN, 2002, p.74).

As instituições, enquanto estruturas normativas e reguladoras das interações humanas, podem ser informais quando sua emergência é espontânea em grupos sociais que aprendem coletivamente, cabendo a elas estabilizar as expectativas e oferecer disciplina aos seus membros, que interagem num processo de imitação e inovação. São formais quando impostas à sociedade “como produto exógeno da evolução dos governantes” (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004, p.79).

North (1994) afirma que: “Não há garantias que as crenças e instituições evoluam em longo prazo produzindo crescimento”. Pois, quando o conteúdo da aprendizagem compartilhada, ao longo de um período de tempo se torna similar, ou não se altera como resultante dos *feedbacks* positivos (confirmação do modelo mental inicial) os modelos mentais tornam-se inflexíveis e o sistema de crenças passa a moldar as interações pessoais, se fixando como um filtro aos novos estímulos vindos do ambiente. O sistema de crenças passa, então, a ser resistente as mudanças expressivas (MANTZAVINOS; NORTH; SHARIQ, 2004). A esse processo chama-se *path dependence* (dependência do caminho), autorreforço ou *feedback* positivo.

3. *Path Dependence*: o Determinismo Histórico na Abordagem Institucional

A teoria de *path dependence* tem se tornado chave nas ciências sociais. Tornando possível explicar e compreender por que os indivíduos deixam de responder aos estímulos e mudanças em seu ambiente, mesmo quando essas

mudanças podem levar-lhes a obter melhores resultados globais (CROUCH, FARREL, 2004).

Através dela observa-se que as decisões individuais e comportamentos coletivos tornam-se resistentes e/ou inflexíveis, uma vez que são sensíveis as condições iniciais ou aos eventos históricos precedentes – a isso se chama *lock-in* (aprisionamento) (LIEBOWITZ; MARGOLIS, 1995). Essa seria a versão ampliada de *path dependence*, na qual a sequência temporal de eventos é relevante, conseqüentemente a história importa (MIGUEZ, 2005). Contudo fica estabelecida uma relevância causal dos eventos históricos (PIERSON, 2000).

A versão restrita de *path dependence* está relacionada à obtenção de retornos crescentes ou *feedback* positivo, e vincula-se a permanência na trajetória (MIGUEZ, 2005). Nela há a associação de várias sequências temporais em uma mesma trajetória, em virtude dos benefícios relativos dessa trajetória corrente comparada com outras alternativas. Ou seja, os indivíduos julgam que os custos de saída seriam superiores aos benefícios, o que reforça a permanência (PIERSON, 2000).

A teoria neoclássica pressupõe retornos decrescentes onde as ações econômicas geram *feedbacks* negativos, e conduzem a um equilíbrio previsível e eficaz (PIERSON, 2000). Já a aplicação de retornos crescentes às situações sociais e econômicas pressupõe que não há, necessariamente, uma tendência à eficiência. Pois os *feedbacks* positivos autorreforçam as decisões iniciais. E assim, pode-se explicar a persistência em caminhos subótimos ao longo do tempo (CROUCH; FARREL, 2004).

Knight e North (1997) afirmam que as mudanças institucionais costumam ter caráter incremental. Pois, são as organizações que identificam no ambiente as possibilidades de fazer algo melhor uma vez que estão expostas a concorrência. Porém, como as informações são incompletas e seus modelos mentais não se alteram de forma expressiva, os caminhos ineficientes podem persistir.

O caráter incremental das mudanças institucionais, configurando *path dependence* da matriz institucional é atribuído, também, à necessidade de sua preservação e reprodução (TOYOSHIMA, 1999); onde mesmo que fossem impostas novas regras formais, os traços culturais da comunidade responderiam negativamente a eles. Já que as crenças na solução-problema delimitam de fato as possibilidades de mudanças (KNIGHT; NORTH, 1997).

Nas palavras de North (1994, p.364) “é a cultura que brinda as chaves para a dependência da trajetória – termo utilizado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro”. E segue seu argumento afirmando que os retornos crescentes também se aplicam ao processo de aprendizagem. Pois o conhecimento de qualquer geração representa o “contexto das percepções coletivas”, e esse é cumulativo e vai aumentando “filtrado pela cultura”. A aplicação de *path dependence* à aprendizagem reforça a explicação para a persistência de desempenhos subótimos por longos períodos (DENZAU; NORTH, 1994).

Julga-se a incorporação da teoria de *path dependence*, na abordagem institucional de Douglass North, um ponto crítico. Implicando num novo determinismo – o determinismo histórico. Útil para justificar a perpetuação do *status quo*, uma vez que mudanças institucionais radicais são raras e não aconselháveis.

Concebe-se a abordagem como determinista, pois uma vez que se conheçam as condições iniciais do sistema sua posição temporal torna-se determinável e conhecível, a relação causal entre eventos históricos é determinante da trajetória e do desempenho econômico. Porém, o caráter irreversível no tempo também se faz presente, já que não há perturbações ou flutuações capazes de fazer com que a

trajetória do sistema se altere. Isso fica garantido pela rigidez e inflexibilidade da estrutura de crenças e da matriz institucional, conduzindo o sistema a um estado estacionário no longo prazo.

Outro aspecto crítico relaciona-se as relações de poder e ao uso das ideologias que possibilitam o reforço da trajetória. Pierson (2000) afirma que North não aborda o fato de atores sociais estarem em posição de impor regras sobre os outros. Porém, North (1992, p.3) justificando que as instituições não são usualmente criadas para serem eficientes afirma: “as regras formais são criadas para servir aos interesses das pessoas com poder de barganha para criar novas regras” o que contribui de forma crucial na “perpetuação do sistema”.

Pierson (2000) utiliza o sentido restrito de *path dependence*, faz uso de retornos crescentes para explicar aspectos das ciências políticas. Expõe que as assimetrias de poder podem ser ampliadas ao longo do tempo por *feedbacks* positivos, o que condiciona aos atores com autoridade em imporem novas regras formais. Fazendo com que o uso do poder seja um autorreforço as trajetórias institucionais; e à medida que as assimetrias de poder aumentam essas deixam de ser visíveis, pois não precisam ser expostas de forma aberta. A justificativa é dada por Gaventa² (1980 *apud* PIERSON, 2000) onde frente aos rendimentos crescentes uma situação de relativo equilíbrio de conflitos pode levar um grupo de atores a abertamente imporem suas preferências sobre os demais, as reações a essa situação se refletem na manipulação das ideologias de modo a manter a ordem.

Como em política existe uma ausência de mecanismos de concorrência, que o processo de aprendizagem político é frágil e dado o curto período de tempo que caracteriza a atividade (ciclos eleitorais), o viés será o aumento de *depath dependence* e retornos crescentes (PIERSON, 2000).

Ainda que em política o horizonte de curto prazo conduza a um reforço das trajetórias institucionais, cabe lembrar que as decisões econômicas são de longo prazo por isso na visão de Liebowitz e Margolis (1995) são remediáveis.

4. O Espaço de Mudanças Histórico-culturais e o Tempo Social de Aprendizagem

Ainda que se assumam os modelos mentais como representações sistematizadas sobre a realidade externa que permite aos indivíduos agirem com finalidade sobre seu ambiente, como uma memória ao trabalho que possibilita a tomada de decisão, e que se autorreforça pelas bases histórico-culturais que agem sobre este indivíduo. É preciso assimilar que os modelos mentais são estruturados com base na experiência, e que essa ao longo do tempo se apresenta com referências distintas daquelas pelas quais os modelos sistematizados foram fixados, exigindo assim a adaptação dessa estrutura de modo a adequar os meios aos fins.

Ressalta-se que a fixação de uma eficiência causal pela experiência em modelos sistematizados de conhecimento foi estabelecida *a priori* por David Hume, no que definiu como hábitos de pensamento. Segundo Deleuze (2009) a relação causal estabelecida no pensamento pela repetição da experiência guarda em si um processo dinâmico. Já que a repetição nada muda no objeto e sim no sujeito que o contempla. Se em princípio costuma-se estabelecer a semelhança entre os eventos que se vivencia

² GAVENTA. Power and powerlessness: quiescence and rebellion in a Appalachian Valley. Urbana. University of Illinois Press. 1980.

‘na’ e ‘pela’ experiência, como se esses se dessem em sucessão; o hábito extrai da experiência vivenciada a equivalência, onde percebe e representa os eventos com graus de diferença, havendo neles algo de novo que exige a adaptação dos modelos representativos da realidade e a adequação das *práxis*.

É preciso considerar, também, que embora a cultura exerça a normatização do conhecimento pondo sobre controle a capacidade perceptiva e representativa dos indivíduos, através de convicções e crenças de seus modelos explicativos no que Morin (2002) chamou de “construção social da realidade”, ainda assim há espaço para mobilizar a mudança, para liberar a autonomia do pensamento no interior dos determinantes históricos e culturais do conhecimento. Na construção de novos modelos mentais que permitam usufruir das oportunidades aparentes do ambiente, no estabelecimento de novas *práxis*.

Observa-se um período histórico de grandes transformações, de transição, composto por processos complexos e inter-relacionados. Os impactos da globalização não foram uniformes, podendo-se identificar três campos que passaram por profundas reestruturações nas últimas décadas. O primeiro relacionado à produção e ao trabalho, com a geração e reinvenção de novos valores de mercantilização, de acumulação, de ocupação e maior “informalização e fragmentação da vida econômica”. O segundo com respeito aos domínios do Estado, com o enfraquecimento do controle central frente aos “novos movimentos sociais e identidades sócio-políticas” que criam novos espaços e formas de coalizão. E o terceiro relacionado ao domínio das tecnologias de informação (TIs), com a geração e difusão de novos conhecimentos, intercâmbios culturais, e o questionamento intrínseco sobre a “compreensão do tempo e espaço” (LONG, 1996, p.37-38).

O regime de acumulação baseado no capital financeiro produziu um contexto de grande incerteza e instabilidade. Estabelecendo acelerados processos de desestabilização e mudanças, onde a integração ou exclusão à economia global se dá, em parte, pela capacidade de se gerar conhecimentos e inovações (AROCENA; SUTZ, 2005).

A competição se fixou em um processo contínuo de criação de competências e inovações; só possível pelo aprendizado e a busca por novos conhecimentos. Onde “o aprendizado institucional e o capital social tendem a tornarem-se elementos chave nas estratégias de desenvolvimento” (JOHNSON; LUNDEVALL, 2005, p.33).

Esse conjunto de mudanças históricas produzem simultaneamente as mudanças culturais, ainda que em graus distintos e cujos efeitos sejam indeterminados, que permitem traçar novos caminhos de desenvolvimento socioeconômico. Aumentando a heterogeneidade de comunidades no âmbito dos territórios.

O território é o espaço das ações informadas e normatizadas. Nele se constroem relações de horizontalidade referentes aos domínios de contiguidade territorial. E relações verticalizadas, as redes que o unem a pontos distantes pelas formas e processos sociais, sendo nas palavras de Santos (2002, p.16) “parte do espaço, o espaço de alguns”. Se antes era a energia, enquanto processo natural que unia os territórios atualmente cabe às informações esse papel.

E pelo fluxo de informação, de valores e de capitais os espaços tornam-se cada vez mais dependentes uns dos outros. Como expõe Benko (2002, p.54) a “economia global emergente pode ser considerada como um mosaico de regras produtivas especializadas”. Cada espaço configurando um nó da teia global, cada território sendo um sistema aberto para o global.

A cultura manifesta em representações coletivas, enquanto elemento que organiza a sociedade e governa os comportamentos individuais torna-se recursiva, é organizada e organizadora de processos sociais complexos (MORIN, 2002). Submetida às tecnologias e meios de comunicação modernos possibilita a expansão do universo cultural, porém de formas distintas (LONG, 1996).

Pois a apreensão simbólica do conteúdo cultural se dará de diversas formas, em função das práticas locais que determinam os domínios de aceitabilidade de condutas e conhecimentos, gerando e ampliando as diversidades espaciais. Long (1996, p.48) afirma: “os fluxos culturais globais: quer dizer, os múltiplos movimentos de pessoas, coisas e ideias não coincidem nitidamente, nem se acumulam para produzir um único padrão que inclua a todos”.

Ou seja, os fluxos de culturas globais mantêm por vezes um caráter, apenas, informacional não sendo apreendido como um conhecimento; uma vez que não ocorre a interação do indivíduo com o meio ao qual tal cultura está enraizada. Por outro lado, considerando que as culturas humanas não são autônomas, mas complementares entre si “o contato entre sociedades humanas pode levar a fusão gradativa das tradições dando origem a uma cultura inteiramente nova” (BOHR, 1995, p.39).

Tomando-se a cognição, como definido por Maturana (1997), como a coordenação de ações – distinções, operações, comportamentos, pensamentos, reflexões – interpessoais do domínio do conhecer. Admite-se conhecimento nos outros, e em si mesmo, quando aceita-se suas ações como adequadas, ou seja, quando as relações interpessoais no domínio do conhecer “satisfazem o critério particular de aceitabilidade”. Os indivíduos se agrupam em comunidades cognitivas, onde os domínios cognitivos são consensuais entre seus membros, quando à capacidade explicativa da “*práxis de viver*” são compartilhados.

Logo, entre indivíduos que compartilham a mesma cultura, onde há identificação e aceitabilidade das condutas e conhecimentos se imprime também a exclusão daqueles que não compartilham os mesmos valores e normas. Então pode haver um confronto contínuo e dinâmico, e por relação de poder um grupo se impõe aos outros. Isso ocorrendo ter-se-ia um processo dinâmico e complexo, com tensões ou flutuações capazes de gerar rupturas e diversidades de comportamentos, na trajetória trilhada de desenvolvimento socioeconômico.

O surgimento de novas identidades sociais e políticas, como um aspecto que caracteriza as grandes transformações ocorridas no contexto global, conduzem a fragmentação e reestruturação dos domínios de poder, e induzem a reorganização e a adaptação das instituições.

Têm-se o território submerso em contínuas tensões capazes de gerar rupturas em aparentes contextos de estabilidade. Um território caracterizado por interações sociais dinâmicas. Onde emergem restrições, mas também potencialidades que levam os indivíduos a buscarem novas formas para a interpretação e intervenção no ambiente onde se inserem de forma criativa e inovativa, num tempo social de auto-organização, o tempo social da aprendizagem, da reorientação das formas de apropriação dos meios materiais e de reestruturação de suas instituições coletivas.

Considerações finais

Para a Nova Economia Institucional de Douglass North os modelos mentais, enquanto respostas pragmáticas às soluções-problemas, são reforçadas pela

experiência e pela cultura. Dos modelos compartilhados surgem as instituições que coordenarão os modelos em torno de valores existentes comuns. Constrangem e restringem as interações humanas, e inclusive as possibilidades dos indivíduos visualizarem novas oportunidades que se abrem no território, uma vez que os modelos mentais tendem a se tornarem inflexíveis. Limitando nas instituições as possibilidades de aprendizagem quando essas identificam estímulos externos.

Porém, a falta de reação aos estímulos externos que geram processos ineficientes deve-se às explicações trazidas pela teoria de *path dependence*. Que na perspectiva ampliada dá importância à sequência de fatos históricos na formulação dos modelos mentais, negligenciando que no presente o indivíduo percebe que o ambiente impõe pela experiência a necessidade de adequação de seus modelos sistematizados de interpretação da realidade, uma vez que essa, a realidade presente, é distinta daquela que deu origem ao conhecimento que justifica sua *práxis*. Ou ainda na versão restrita, quando nega as lutas e conflitos sociais quanto à apropriação dos meios materiais de reprodução social, impõe que os indivíduos preferem manter-se numa trajetória onde os ganhos são conhecidos, a ter que se aventurarem pelo desconhecido. Em ambas as perspectivas, ampliadas ou restritas, julga-se que há o determinismo histórico.

Pois, embora a cultura exerça de fato a normatização do conhecimento, ainda há nela espaço para a mobilização da mudança dos modelos interpretativos da realidade. Principalmente quando se tem no território a conjugação de eventos históricos que impõem à reorganização dos modelos mentais, e consequentemente a adequação das instituições e das organizações as novas possibilidades que se abrem as práticas socioeconômicas.

Oportunidades essas que induzem o dinamismo no âmbito do território, pelo conflito que surge entre as formas institucionalizadas de compreensão do espaço de interações socioeconômicas, com aquelas formas que *pari passu* vão deslumbrando as potencialidades de ganhos econômicos.

Esse processo conduz a reorientação do poder em função da redistribuição dos meios materiais de reprodução social, bem como abre um amplo espectro de aprendizagem por interação social no âmbito do território, dado a efervescência cultural gerada pelo próprio contexto de mudanças históricas na dinâmica de acumulação.

Estar atento a essa dinâmica e buscar os benefícios dos processos de aprendizagem local permite a condução, o estabelecimento de instrumentos políticos que ampliem a flexibilidade temporal das organizações promotoras depolíticas, dando maior possibilidade de se traçar novos caminhos de desenvolvimento.

Referências

AROCENA, R.; SUTZ, J. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no Norte e no Sul. In: LASTRES, M.; CASSIOLATO, J.; ARROIO, A. (Org.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005, p.405-428.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre o século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 2002, p.51-71.

BOHR, N. **Física atômica e conhecimento humano**: ensaios 1932-1957. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.

CONCEIÇÃO, O. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista Economia Contemporânea**, vol. 6 (2), p. 119-146, 2002.

CROUCH, C.; FARREL, H. Breaking the path on institutional development? Alternatives to the new determinism. **Rationality and Society**. 43p. 2004. Disponível em: <http://rss.sagepub.com>. Acesso em: junho de 2010.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2009.

DENZAU, A., NORTH, D. Shared mental models: ideologies and institutions. **Kyklos Journal**, vol.47, n.1, p.1-31, 1994.

JOHNSON, B.; LUNDVALL, B. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES, M; CASSIOLATO, J; ARROIO, A. (Org.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005, p.83-130.

KNIGHT, J.; NORTH, D. Explaining economic change: the interplay between cognition and institutions. **Legal Theory (3)**. Cambridge University, p.211-226, 1997.

LIEBOWITZ, S.; MARGOLIS, S. Path dependence, lock-in, and history. **Journal of Low Economics and Organization**, vol.11(1), p.205-226, 1995.

LONG, N. Globalización y localización: nuevos retos para la investigación rural. In: **La sociedad rural mexicana frente al nuevo milênio**. México: UNAM, 1996, p.35-74.

MANTZAVINOS, C., NORTH, D.; SHARIQ, S. Learning, institutions, and economic performance. **Perspective on Politics**. Cambridge University Press, vol.2, n.1, p.75-84, 2004.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MIGUEZ, G. El comportamiento humano em las ciencias sociales: um enfoque econômico institucional. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**. Universidad de Santiago de Compostela, vol. 4, n. 2, p. 41-56, 2005.

MORIN, E. **O método 4**: as ideias, habitat, vida, costumes e organização. Porto Alegre: Ed. Sulinas, 2002.

NORTH, D. (1994). Economic performance through time. **American Economic Review**, vol. 84 (3), p. 97-112, 1994.

_____. **The new institutional economic and development**. (Ensaio lido na American Economic Association, em janeiro de 1992). 1992. Disponível em: <http://www.qed.econ.queensu.ca/pub/faculty/lloyd-ellis/econ835/readings/north.pdf>. Acesso em: junho de 2010.

PIERSON, P. Increasing returns, Path dependence, and study of politics. **American Political Science Review**, vol. 94, n.2, p.251-267, 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.; SILVEIRA, M. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 2002, p.15-20.

TOYOSHIMA, S. Instituições e desenvolvimento econômico – uma análise crítica das ideias de Douglass North. **Estudos Econômicos**, vol. 29, n.1, p. 95-112, 1999.

VALDIVIESO, S. North y el cambio histórico: luces y sombras de la nueva historia institucional. **Revista de Economía Institucional**, n.4, p.157-172, 2001.

Submetido em 20/03/2014.

Aprovado em 29/04/2014.

Sobre os Autores

Ana Luísa de Souza Soares

Doutoranda em Desenvolvimento Rural - PGDR- UFRGS. Professora Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Email: anasoares@unipampa.edu.br

Leonardo Xavier da Silva

Professor Adjunto Departamento de Ciências Econômicas UFRGS. Professor Dr. do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR-UFRGS.

Email: leonardo.xavier@ufrgs.br